

Comissão de governadores vai enviar ao Senado propostas para renegociar dívidas

Estados já devem R\$ 91,8 bilhões, 146% mais que o total de sua arrecadação

Adriana Chiarini e Aguinaldo Novo

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. Os governadores formaram uma comissão para enviar ao Senado sugestões de projeto de lei e resolução visando ao reescalonamento das dívidas dos estados. Este foi o principal resultado de reunião realizada ontem, em São Paulo, com 19 dos 26 governadores. Pelo cronograma fechado ontem, as primeiras propostas deverão ser enviadas na próxima semana.

Ao entregarem ao Senado a responsabilidade pelas negociações, os governadores esvaziaram o Ministério da Fazenda, que até aqui tem conduzido as conversas individualmente, sem se preocupar com o conjunto dos estados. A comissão é formada por Marcello Alencar (Rio), Antonio Britto (Rio Grande do Sul), Divaldo Suruagy (Alagoas), Cristóvam Buarque (Distrito Federal) e Vitor Buaiz (Espírito Santo).

Buaiz: negociar com ministérios não trouxe benefícios

— A negociação agora será com o presidente da República e com o Senado. Não queremos mais falar com os níveis ministeriais, porque isso não trouxe até agora nenhum benefício para os estados — disse Buaiz.

Os governadores reivindicam as mesmas condições já firmadas em protocolo entre a Fazenda e Rio Grande do Sul e Minas Gerais: 30 anos para pagamento do débito e juros máximos de 6% ao ano. Um dos projetos a ser enviado ao Senado pedirá também moratória de pelo menos um ano para a quitação das precatórias. Os governadores querem ainda acesso a financiamento do BNDES para pro-

O 'RANKING' DOS DEVEDORES			
Estados	(Em R\$ milhões)	Estados	(Em R\$ milhões)
1º - São Paulo	32.690	14º - Paraíba	1.292
2º - Minas Gerais	11.767	15º - Alagoas	1.121
3º - Rio Grande do Sul	7.800	16º - Amazonas	1.098
4º - Rio de Janeiro	7.768	17º - Piauí	1.071
5º - Goiás	4.494	18º - Pará	934
6º - Bahia	3.682	19º - Espírito Santo	795
7º - Santa Catarina	2.721	20º - Rio Grande do Norte	704
8º - Mato Grosso	2.328	21º - Distrito Federal	695
9º - Maranhão	2.165	22º - Sergipe	629
10º - Mato Grosso do Sul	1.995	23º - Acre	451
11º - Paraná	1.913	24º - Tocantins	132
12º - Pernambuco	1.912	25º - Amapá	70
13º - Ceará	1.571	26º - Rondônia	16
Total		91.814	

FONTE: Banco Central

gramas de demissão voluntária.

A dívida dos estados chegou a R\$ 91,814 bilhões em agosto. Enquanto isso, sua receita com o ICMS e as transferências constitucionais da União foi de apenas R\$ 37,270 bilhões, de janeiro a julho, segundo o Banco Central. O débito é 146% maior que as receitas.

São Paulo tem a maior dívida, de R\$ 32,690 bilhões, mas Goiás está pior: deve R\$ 4,494 bilhões, para uma receita anual de R\$ 1,361 bilhão. Para pagar tudo, Goiás teria que passar três anos sem gastar praticamente nada. Não é à toa que os estados são os maiores responsáveis pelo déficit público. O déficit nominal de União, estatais, estados e municípios totalizou 6,54% do Produto Interno Bruto (PIB) em julho. A

parte dos estados e municípios corresponde a 3,39% do PIB.

Os juros pagos pela dívida mobiliária, de R\$ 41,263 bilhões; pela dívida de R\$ 46,655 bilhões contraída junto a bancos através de empréstimos de médio e longo prazo; e sobre R\$ 863 milhões de dívidas de curto prazo, conhecidas como Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), pesam bastante nas despesas dos estados. Mesmo tendo baixado, os juros sobre R\$ 3,032 bilhões devidos ao exterior também fazem diferença. Descontados, o déficit de estados e municípios cai para 1% do PIB.

De acordo com o secretário-adjunto do Tesouro, João do Carmo, a existência do déficit é a maior evidência de que, se a dívida fosse zerada agora, voltaria a cres-

cer rapidamente. De janeiro a julho deste ano, os estados e municípios gastaram R\$ 4,257 bilhões a mais do que arrecadaram.

Maior economia do país, São Paulo arrecadou R\$ 18,163 bilhões de ICMS durante o ano passado. Comparadas com a dívida de R\$ 32,690 bilhões (em agosto), as receitas parecem pequenas, mesmo com os R\$ 343 milhões recebidos em transferências constitucionais. Minas Gerais tem a segunda maior dívida do Brasil: R\$ 11,767 bilhões, para uma receita anual de R\$ 5,176 bilhões.

A situação do Rio até que não é das piores. Os dados do BC mostram uma dívida de R\$ 7,768 bilhões, para uma receita anual de R\$ 4,730 bilhões. No entanto, o estado está longe de uma posição confortável. O nível máximo de endividamento considerado pelos economistas é de dívida igual ao volume de receitas anuais.

Empréstimos de curto prazo agravaram a situação

Segundo João do Carmo, o perfil de endividamento dos estados piorou muito desde 1995, por causa do aumento dos empréstimos de curto prazo, que têm juros maiores. Os juros médios das operações de ARO para os estados chegaram a 4,4% em fevereiro. Depois, foram caindo até chegarem a 1,4% numa única operação, em agosto.

Para o governador do Rio, Marcello Alencar, não haverá estabilização se os estados não fizerem sua parte:

— Para isso, precisamos de compreensão. Esse encontro não é uma conspiração para exigir nada. O objetivo não é fazer troca-troca ou extorsão. ■